



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Acusação desmonta estratégia de Jean Boustani com *files* que demonstram pagamentos de subornos de Ndambi Guebuza

Iniciou quarta-feira a audição de testemunhas arroladas pela defesa de Jean Boustani, no julgamento que decorre desde o dia 15 de Outubro em Brooklyn, Nova York. As primeiras duas testemunhas chamadas pela defesa são colaboradores seniores da Privinvest, o alemão Peter Kuhn, engenheiro responsável pela construção de navios e o holandês Johan Valentijn, arquitecto naval responsável pelos projectos da Abu Dhabi Mar. Os dois foram ao tribunal mostrar fotos de trabalho “brilhante” da Privinvest realizado no mundo e em Moçambique, em particular. Mas tudo estragou-se quando a acusação mostrou documentos que comprovam que a Privinvest pagou viagem de Armando Ndambi Guebuza para a cidade francesa do Nice, uma zona turística junto ao mar mediterrâneo.

As duas testemunhas da defesa desdobraram-se mostrando estaleiros do grupo Privinvest, em Nobiskrug, na Alemanha, onde parte dos barcos da ProIndicus e da EMATUM foram construídos. Mostraram ainda a entrega dos barcos em Moçambique, a reabilitação de instalações portuárias em Pemba para a construção de estaleiro naval da MAM.

A defesa chegou a exibir um vídeo para o júri, mostrando *show* de barcos da ProIndicus na baía de Maputo, os HSI32 Interceptors e Ocean Eagle 43. Estavam na plateia Armando Guebuza, então presidente da República, e altas patentes das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Tudo isso era para justificar que a Privinvest - acusada de distribuir cerca de 200 milhões de dólares em subornos

e comissões ilícitas - fez trabalho sério em Moçambique e que o insucesso dos projectos deveu-se a problemas internos de Moçambique.

Peter Kuhn contou histórias “comoventes” de como a Privinvest sofreu para conseguir instalar projectos em Moçambique, um país em guerra onde ninguém aceitava ir trabalhar.

“Nestes dias, houve alguns avisos do Ministério de Relações Exteriores na Alemanha e na maioria dos países europeus para não mais viajar para Moçambique. Por isso, era difícil encontrar trabalhadores que quisessem fazer isso [trabalhar em Moçambique]. Solicitámos à ProIndicus apoio adicional, equipa de segurança adicional e tivemos que pagar um pouco mais pelo transporte. Era difícil encontrar pessoas que quisessem transportar nosso equipamento”, contou o trabalhador da Privinvest sobre o “martírio” que foi trabalhar em Moçambique.

E tudo Ndambi levou...

Toda esta “história comovente” de uma Privinvest quase filantrópica a querer ajudar Moçambique a proteger a sua costa, veio a ser desmontada pela acusação, quando mostrou pagamentos indevidos que a Privinvest fez a favor de Armando Ndambi Guebuza, filho do então chefe do Estado de Moçambique.

A procuradora Margaret Moeser confrontou Johan Valentijn com cópias de mensagens de emails trocados entre Armando Ndambi Guebuza, Jean Boustani e Raja Zneidi, da Logistic International.

Nas mensagens, o filho de Armando Guebuza pedia a Jean Boustani que lhe “comprasse passagem na primeira classe de Maputo a Nice, no dia 28 de Agosto de 2014”.

Jean Boustani aceitou e encaminhou a mensagem para Raja Zneidi, seu colega e logístico da Prinvest. A passagem foi adquirida na South African Airways de Maputo a Joanesburgo e na Air France de Joanesburgo a Paris e de Paris para a Belle Nice, como também é conhecida a cidade mediterrânea francesa.

A procuradora mostrou ainda o contrato entre a MAM e Prinvest para a construção de estaleiro naval em Moçambique, destacando a cláusula anticorrupção que impede pagamentos indevidos a terceiros.

Com este exercício, a Procuradora estava a mostrar ao júri que a Prinvest violou o contrato do seu trabalho em Moçambique, ao pagar passagens aéreas para filho do Presidente de Moçambique.

O julgamento continua este sexta-feira com a audição de mais testemunhas arroladas pela defesa de Jean Boustani. A próxima semana é a última. O juiz William F. Kuntz II garantiu que o julgamento não iria para além do dia 22 de Novembro, a próxima sexta-feira.

Nota de explicação

O Centro de Integridade Pública (CIP) segue com grande interesse o caso das dívidas ocultas desde que foi despoletado. Este é o maior escândalo financeiro desde que Moçambique existe como Estado e os seus efeitos são por demais dolorosos para os moçambicanos. Por estes motivos, o CIP decidiu acompanhar de perto todos os desenvolvimentos do caso para melhor se informar e consciencializar os moçambicanos sobre os males da corrupção.

O CIP passará a fazer publicações especiais relacionadas com todos os acontecimentos importantes do caso para que mais moçambicanos possam acompanhar a evolução dos factos. O CIP colabora e está aberto a colaborar com a imprensa moçambicana para troca de informação em torno deste caso.

**** Todos documentos e informações nesta publicação foram apresentados em sede de tribunal de Brooklyn New York pelas partes ouvidas no processo (veja aqui: <https://pcl.uscourts.gov/pcl/index.jsf>). O CIP, simplesmente está a fazer a reprodução das mesmas colocando-as no domínio público.**

Maputo, 15 de Novembro de 2019



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro nº 124, Bairro da Sommerschield

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel: (+258) 82 3016391

Email: cipmoz@gmail.com  [@CIP.Mozambique](https://www.facebook.com/CIP.Mozambique)  [@CIPMoz](https://twitter.com/CIPMoz)  +258 84 389 0584

www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique